

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Nilto Tatto**

**Requerimento nº \_\_\_\_ de 2026**  
**(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer o aditamento do Requerimento nº 30/2026 – CMADS, para inclusão de convidados em audiência pública para debater a conservação e o desenvolvimento sustentável do Bioma Pampa.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, aditamento ao Requerimento nº 30/2026 – CMADS, de realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "O Bioma Pampa: Recursos Hídricos, Conservação e Legislação Ambiental", para a inclusão dos seguintes convidados:

- Carlos Guedes - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
- Sérgio Leitão - Instituto Escolhas
- Rogério Chimanski - Movimento Salve o Pampa
- Annelise Steigleder - Ministério Público do Rio Grande do Sul

**JUSTIFICATIVA**

O Bioma Pampa permanece historicamente invisibilizado no debate público e legislativo brasileiro. Presente exclusivamente no Rio Grande do Sul, ocupa 63% do território estadual e 2,07% do país, mas não conta com legislação federal específica de proteção — ao contrário da Amazônia, do Pantanal e da Mata Atlântica. Essa lacuna normativa, somada à baixa representatividade do bioma nas instâncias de tomada de decisão, tem



contribuído para o avanço acelerado da degradação de seus campos nativos, banhados e recursos hídricos.

A audiência pública solicitada pelo Requerimento nº 30/2026 – CMADS constitui uma oportunidade singular para trazer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável perspectivas técnicas, científicas, sociais e jurídicas sobre um tema que raramente alcança o centro do debate legislativo federal. Diante da complexidade e da transversalidade das questões envolvidas — que abrangem conservação ambiental, regularização fundiária e ambiental, proteção dos recursos hídricos, comunidades tradicionais e aplicação do Código Florestal — é fundamental ampliar o leque de atores e saberes presentes na discussão.

Os convidados ora incluídos enriquecem o debate com visões complementares e essenciais: a articulação de políticas públicas e gestão ambiental; o diagnóstico técnico e normativo dos impactos no bioma; a voz histórica de quem mobiliza as comunidades contra a degradação; e a atuação jurídica firme na fiscalização e reparação de danos ambientais.

Pelo exposto, requeiro, nos termos regimentais, a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2026.

**Nilto Tatto**  
**PT/SP**

